

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO

COM A PARTICIPAÇÃO DE
DANIEL MENEGASSI ZOTARELI

VOLUME V

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JURISDICIONAIS

2022

 EDITORA
jusPODIVM |  MALHEIROS
EDITORES

www.editorajuspodivm.com.br

Instituições de Direito Processual Civil

© CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO

Direitos reservados desta edição por

MALHEIROS EDITORES LTDA.

Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171

CEP 04531-940 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495

URL: www.malheiroseditores.com.br

e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

09.2022

610872

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D583i Dinamarco, Cândido R. (Cândido Rangel), 1937-.
Instituições de direito processual civil : volume V /
Cândido Rangel Dinamarco. – São Paulo : Malheiros/JusPodivm,
2022.

576 p. ; 23 cm..

ISBN 978-65-5860-028-2 – ISBN 978-85-7420-938-8 (Obra
completa)

1. Processo civil - Brasil. I. Título.

CDU 347.91/.95(81)

CDD 347.8105

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo civil : Brasil 347.91/.95(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

Título XXXVI – MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JURISDICIONAIS

Capítulo CXLVI – Conceitos gerais – o sistema

- 2.197. a admissibilidade dos meios de impugnação –
recorribilidade das decisões judiciais 29
- 2.198. o princípio do duplo grau de jurisdição e a estrutura
hierarquizada do Poder Judiciário 31
- 2.199. o sistema brasileiro de meios de impugnação
das decisões judiciais – diversos patamares
hierarquizados 35
- 2.200. colegialidade e singularidade no julgamento pelos
tribunais 36
- 2.201. uma forte tendência à singularização do julgamento
nos tribunais 37

Capítulo CXLVII – Recursos – teoria geral

- 2.202. conceito de recurso 39
- 2.203. um procedimento na mesma relação processual 42

2.204.	alongar a litispendência e impedir preclusões ou a coisa julgada	42
2.205.	o direito recursal e a tutela constitucional dos recursos .	44
2.206.	a teoria geral dos recursos	47
2.207.	o direito aos recursos	48
2.208.	limitação temporal ao direito de recorrer	50
2.209.	unirrecorribilidade e unicidade recursal	51
2.210.	conversão de um recurso em outro	53

Capítulo CXLVIII – Espécies e classificações

2.211.	espécies recursais no sistema brasileiro de processo civil – classificações	57
2.212.	ainda as classificações	58
2.213.	tipicidade dos recursos e taxatividade do elenco legal (<i>numerus clausus</i>)	59
2.214.	a adequação do recurso – ainda uma vez a conversão do recurso inadequado segundo a lei (a chamada <i>fungibilidade</i>)	60

Capítulo CXLIX – Pressupostos de admissibilidade dos recursos

2.215.	entre o direito aos recursos e os pressupostos aos quais está condicionado	65
2.216.	pronunciamentos judiciais recorríveis e adequação dos recursos	66
2.217.	classificações dos pressupostos recursais	67
2.218.	admissibilidade e mérito dos recursos – os pressupostos de admissibilidade destes	68
2.219.	legitimidade e interesse	69
2.220.	legitimidade recursal ordinária – as partes	70
2.221.	legitimidade recursal do terceiro prejudicado	73

2.222.	outros meios de defesa de direitos pelo terceiro prejudicado	78
2.223.	legitimidade recursal do Ministério Público	79
2.224.	legitimidade <i>daquele que deveria ter sido ouvido e não o foi</i>	80
2.225.	legitimidade recursal passiva	81
2.226.	interesse recursal	81
2.227.	entre os pressupostos intrínsecos e os extrínsecos	84
2.228.	competência	85
2.229.	tempestividade (prazo)	86
2.230.	recurso adesivo	89
2.231.	recurso adesivo ao recurso adesivo – inadmissibilidade	95
2.232.	recurso adesivo cruzado	95
2.233.	recurso adesivo eventual	97
2.234.	iniciativa regular da parte – o ato de interposição do recurso	98
2.235.	preparo dos recursos	103
2.236.	juízos de admissibilidade dos recursos	106
2.237.	regularidade formal do procedimento recursal	108
2.238.	desistência, renúncia e aquiescência (pressupostos negativos dos recursos)	110
2.239.	a desistência e a renúncia	111
2.240.	desistência do recurso	113
2.241.	desistência do recurso e desistência da ação	117
2.242.	renúncia ao direito de recorrer	118
2.243.	renúncia ao direito de recorrer e renúncia ao direito subjetivo material	121
2.244.	aquiescência	121
2.245.	pressupostos específicos de certos recursos	122

Capítulo CL – Efeitos dos recursos

2.246.	o quadro geral dos efeitos recursais	125
2.247.	o efeito devolutivo	126
2.248.	dimensões da devolução – horizontal, vertical e subjetiva	128
2.249.	devoluções parciais, preclusão e coisa julgada	131
2.250.	destinatários da devolução (competência recursal)	131
2.251.	devolução cancelada	134
2.252.	efeito suspensivo	136
2.253.	recursos com e recursos sem efeito suspensivo	138
2.254.	momento de início da suspensão	140
2.255.	o efeito suspensivo e a natureza da sentença	141
2.256.	dimensões temporais do efeito suspensivo	144
2.257.	as dimensões objetivas do efeito suspensivo	145
2.258.	capítulos sujeitos e capítulos não sujeitos à suspensão .	146
2.259.	efeitos do juízo de admissibilidade pelo órgão <i>a quo</i> ...	147
2.260.	efeitos do juízo de admissibilidade pelo órgão <i>ad quem</i>	148
2.261.	cassação e substituição – efeitos do julgamento do recurso pelo órgão destinatário	150
2.262.	cassação da decisão recorrida – efeito do conhecimento do recurso	150
2.263.	cassação da decisão anulada	152
2.264.	substituição da decisão recorrida – efeito do julgamento do mérito do recurso	153
2.265.	efeitos dos recursos em relação à tutela provisória	154
2.266.	antecipação da tutela recursal e decisões sobre os efeitos dos recursos	155

Capítulo CLI – Limites dos recursos (objeto, fundamentos e pessoas)

2.267.	limites horizontais e verticais ao julgamento dos recursos	159
--------	---------------------------------------------------------------------	-----

2.268.	dimensão horizontal – o objeto do recurso	160
2.269.	entre o objeto do processo e o objeto do recurso	164
2.270.	necessário decidir sobre todo o objeto do recurso	165
2.271.	decisão do <i>meritum causae</i> em apelação contra sentença terminativa (CPC, art. 1.013, § 3º)	165
2.272.	dimensão vertical – questões a serem decididas	168
2.273.	fundamentos omitidos ou rejeitados pelo juízo inferior	170
2.274.	dimensão subjetiva	172

Capítulo CLII – O procedimento e o julgamento pelos tribunais

2.275.	a regularidade procedimental como pressuposto da admissibilidade dos recursos	175
2.276.	disposições gerais contidas no Código de Processo Civil – não só sobre os procedimentos	176
2.277.	as regras procedimentais básicas – a linha dos procedimentos	176
2.278.	sustentação oral	178
2.279.	os procedimentos recursais e seus incidentes	181

Capítulo CLIII – Incidentes nos procedimentos perante os tribunais

2.280.	perfil sistemático dos incidentes	183
2.281.	o incidente de arguição de inconstitucionalidade – <i>reserva de Plenário</i>	184
2.282.	o incidente de resolução de demandas repetitivas	188
2.283.	o incidente de julgamento do recurso especial ou do recurso extraordinário repetitivo	192
2.284.	o incidente de assunção de competência	192
2.285.	o julgamento estendido	195

Capítulo CLIV – Apelação

2.286.	perfil sistemático do instituto	197
2.287.	hipótese abstrata de admissibilidade (adequação do recurso)	198
2.288.	indeferimento da petição inicial ou improcedência liminar da demanda	200
2.289.	hipóteses controvertidas	201
2.290.	os pressupostos gerais de admissibilidade	204
2.291.	competência	204
2.292.	tempestividade (prazo)	204
2.293.	apelação adesiva	205
2.294.	o ato de interposição do recurso	205
2.295.	preparo	206
2.296.	a apresentação do recurso	207
2.297.	as dimensões do recurso de apelação	207
2.298.	o objeto do recurso	208
2.299.	além dos pedidos do apelante	209
2.300.	anulação da decisão e julgamento do mérito pelo tribunal	210
2.301.	decisões sobre matéria preliminar incluídas na sentença	211
2.302.	a apelação e as decisões interlocutórias insuscetíveis de agravo de instrumento	213
2.303.	as questões devolvidas ao tribunal	213
2.304.	fundamentos não acolhidos em primeira instância e devolvidos ao tribunal com a apelação	214
2.305.	prescrição e decadência	215
2.306.	dimensão subjetiva da apelação	216
2.307.	apelação na execução	216
2.308.	o efeito suspensivo do recurso de apelação	218

2.309.	cumprimento provisório de sentença	220
2.310.	hipoteca judiciária	221
2.311.	juízo de admissibilidade do recurso de apelação	223
2.312.	o procedimento no tribunal e o julgamento pelo colegiado	223
2.313.	julgamento estendido	224
2.314.	sustentação oral	225
2.315.	antecipação da tutela recursal e concessão de efeito suspensivo	225

Capítulo CLV – Agravo de instrumento

2.316.	perfil sistemático do recurso	229
2.317.	hipóteses abstratas de admissibilidade	231
2.318.	hipóteses controvertidas	238
2.319.	taxatividade mitigada	239
2.320.	os pressupostos gerais de admissibilidade	240
2.321.	competência	241
2.322.	apresentação diretamente ao tribunal – o conteúdo indispensável das razões de agravo de instrumento	241
2.323.	documentos indispensáveis ao agravo de instrumento ..	243
2.324.	comunicação ao juízo de primeiro grau, retratação da decisão por este e possibilidade de novo recurso pela parte contrária	244
2.325.	preparo	246
2.326.	a apresentação do recurso	246
2.327.	o procedimento no tribunal e o julgamento pelo colegiado	247
2.328.	juízo de admissibilidade pelo relator	248
2.329.	julgamento estendido – admissibilidade restrita	248
2.330.	sustentação oral – admissibilidade restrita	249

2.331.	efeito devolutivo – sem efeito suspensivo	250
2.332.	antecipação da tutela recursal e concessão de efeito suspensivo	251
2.333.	sentença proferida depois de interposto o agravo de instrumento	252

Capítulo CLVI – Recurso ordinário

2.334.	perfil sistemático do recurso	255
2.335.	hipóteses abstratas de admissibilidade (adequação do recurso)	257
2.336.	inadmissibilidade do recurso extraordinário e do especial quando for admissível o recurso ordinário	260
2.337.	pressupostos gerais de admissibilidade	260
2.338.	competência	261
2.339.	o objeto do recurso ordinário	261
2.340.	a amplitude do objeto do recurso ordinário	262
2.341.	sem efeito suspensivo	262
2.342.	preparo	263
2.343.	o procedimento	264
2.344.	juízos de admissibilidade	264
2.345.	o julgamento	265

Capítulo CLVII – Recurso especial e recurso extraordinário

2.346.	perfil sistemático do recurso especial e do extraordinário	268
2.347.	hipóteses abstratas de admissibilidade (adequação dos recursos)	270
2.348.	somente questões de direito e não de fato – somente direito federal e não local ou contratual	271
2.349.	admissibilidade contra julgamentos em única ou última instância	272

2.350.	o conteúdo e a origem das decisões recorríveis	275
2.351.	a origem dos acórdãos impugnados no recurso extraordinário ou no especial (o órgão <i>a quo</i>)	277
2.352.	os pressupostos específicos do recurso extraordinário ..	278
2.353.	contrariedade do acórdão recorrido à Constituição Federal (Const., art. 102, inc. III, letra <i>a</i>)	278
2.354.	violação direta e não reflexa	280
2.355.	declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (Const., art. 102, inc. III, letra <i>b</i>)	280
2.356.	declaração de validade de lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal (Const., art. 102, inc. III, letra <i>c</i>)	283
2.357.	declaração de validade de lei local contestada em face de lei federal (Const., art. 102, inc. III, letra <i>d</i>)	283
2.358.	repercussão geral – o conceito e a exigência	284
2.359.	repercussão geral – a demonstração pelo recorrente, casos de dispensa e a decisão pelo Supremo Tribunal Federal	286
2.360.	repercussão geral – precedente obrigatório	289
2.361.	os pressupostos específicos do recurso especial	290
2.362.	contrariedade a tratado ou lei federal ou negativa de sua vigência (Const., art. 105, inc. III, letra <i>a</i>)	291
2.363.	declaração de validade de ato de governo local contestado em face de lei federal (Const., art. 105, inc. III, letra <i>b</i>)	292
2.364.	interpretação da lei federal divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (Const., art. 105, inc. III, letra <i>c</i>)	292
2.365.	sobre a divergência autorizadora do recurso especial ...	293
2.366.	confronto analítico – um requisito formal e a razão de sua exigência	295
2.366-A.	a relevância da questão federal	297

2.367.	admissibilidade ou mérito?	298
2.368.	os fundamentos inatacados – o ônus de impugnar todos os fundamentos do acórdão	300
2.369.	cassação e substituição pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça	303
2.370.	as dimensões do recurso especial e do recurso extraordinário (horizontal e vertical)	304
2.371.	a interposição do recurso especial e do extraordinário .	306
2.372.	a assinatura do advogado e a regularidade da representação	308
2.373.	prequestionamento	310
2.374.	o prazo e o recurso adesivo	313
2.375.	preparo	313
2.376.	sem efeito suspensivo	314
2.377.	concessão de efeito suspensivo – regras sobre a competência	314
2.378.	a conversão do recurso extraordinário em recurso especial e do especial em extraordinário	317
2.379.	o primeiro dos juízos de admissibilidade do recurso extraordinário ou do especial	318
2.380.	os recursos contra o juízo negativo de admissibilidade proferido pela presidência ou vice-presidência do tribunal <i>a quo</i>	321
2.381.	o procedimento nos Tribunais Superiores – o juízo de admissibilidade pelo relator ou pelo Presidente	324
2.382.	o julgamento do recurso especial ou do extraordinário pelo Tribunal Superior	325
2.383.	sustentação oral	325
2.384.	o incidente de julgamento do recurso especial ou do recurso extraordinário repetitivo	326
2.385.	recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito	327

2.386.	multiplicidade de recursos	328
2.387.	iniciativa e afetação	328
2.388.	sobrestamento de todos os recursos versando a mesma questão jurídica	329
2.389.	competência	330
2.390.	desistência do recurso extraordinário ou especial afetado	331
2.391.	o processamento e o julgamento dos recursos afetados ...	332
2.392.	formação de precedentes de observância obrigatória	334

Capítulo CLVIII – Agravo em recurso especial e recurso extraordinário

2.393.	perfil sistemático do recurso	337
2.394.	hipóteses abstratas de admissibilidade (adequação dos recursos)	338
2.395.	processamento	339

Capítulo CLIX – Agravos internos

2.396.	perfil sistemático dos agravos internos	341
2.397.	hipóteses abstratas de admissibilidade (adequação dos agravos internos)	342
2.398.	nos tribunais locais	343
2.399.	nos Tribunais Superiores	345
2.400.	pressupostos gerais de admissibilidade	345
2.401.	legitimidade e interesse	345
2.402.	competência	346
2.403.	preparo	347
2.404.	prazo	347
2.405.	o processamento dos agravos internos	348
2.406.	em princípio, sem sustentação oral	349
2.407.	sem julgamento estendido	349

2.408.	sem efeito suspensivo	350
2.409.	possibilidade de retratação	350
2.410.	o agravo interno abusivo e a multa cominada ao agravante	350

Capítulo CLX – Embargos de divergência

2.411.	perfil sistemático do recurso – analogia com o recurso especial fundamentado em dissídio entre julgados	353
2.412.	hipóteses abstratas de admissibilidade – somente acórdãos em recurso extraordinário ou em recurso especial?	355
2.413.	órgãos do mesmo tribunal (STF ou STJ)	357
2.414.	acórdãos de mérito	359
2.415.	similitude fática e jurídica	361
2.416.	divergência atual	363
2.417.	confronto analítico – um requisito formal e a razão substancial de sua exigência	364
2.418.	os pressupostos gerais de admissibilidade dos recursos	365
2.419.	competência	366
2.420.	sem efeito suspensivo	367
2.421.	o procedimento e o primeiro juízo de admissibilidade .	367
2.422.	a sessão de julgamento – sustentação oral	369

Capítulo CLXI – Embargos de declaração

2.423.	perfil sistemático do recurso	371
2.424.	contra decisões de qualquer natureza e qualquer instância	374
2.425.	hipóteses abstratas de admissibilidade (adequação do recurso)	374
2.426.	obscuridade	375
2.427.	contradição	376

2.428.	omissão	376
2.429.	omissões quanto à fundamentação	378
2.430.	omissões quanto aos pedidos	380
2.431.	erro material	381
2.432.	o erro material como fundamento para os embargos de declaração	382
2.433.	embargos de declaração com pretensão de infringência	383
2.434.	legitimidade e interesse	386
2.435.	o efeito interruptivo do prazo para outros recursos	387
2.436.	embargos protelatórios ou abusivos	390
2.437.	convivência com outros recursos	391
2.438.	embargos declaratórios e prequestionamento	392
2.439.	competência	394
2.440.	o prazo e o ato de oposição do recurso	395
2.441.	sem preparo	395
2.442.	efeitos dos embargos de declaração	396
2.443.	contraditório – intimação do embargado	398
2.444.	o procedimento e o julgamento dos embargos declaratórios	399
2.445.	conversão em agravo interno	399
2.446.	os efeitos do julgamento dos embargos de declaração .	400

Capítulo CLXII – Ação rescisória

2.447.	perfil sistemático do instituto	404
2.448.	o direito à rescisão – ações típicas	405
2.449.	hipóteses abstratas de admissibilidade	406
2.450.	homologação de atos de autocomposição	409
2.451.	decisões de mérito e certas sentenças terminativas	410

2.452.	as hipóteses típicas de rescindibilidade – enumeração taxativa	412
2.453.	prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, inc. I)	413
2.454.	decisão proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente (art. 966, inc. II)	415
2.455.	especificamente o juiz impedido (art. 966, inc. II)	416
2.456.	juízo absolutamente incompetente (art. 966, inc. II)	417
2.457.	dolo, coação, simulação ou colusão (art. 966, inc. II) ..	418
2.458.	ofensa à coisa julgada (art. 966, inc. IV)	420
2.459.	violação manifesta de norma jurídica (art. 966, inc. V)	422
2.460.	a Súmula n. 343 do Supremo Tribunal Federal	424
2.461.	prova falsa (art. 966, inc. VI)	427
2.462.	“prova nova” (art. 966, inc. VII)	430
2.463.	erro de fato (art. 966, inc. VIII)	432
2.464.	a ação rescisória na teoria da ação e do processo	433
2.465.	capacidade das partes e regularidade da representação .	433
2.466.	legitimidade ativa	434
2.467.	“aquele que não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção” (CPC, art. 967, inc. IV)	438
2.468.	falta de um trato unitário da legitimidade ativa para os recursos e para a ação rescisória	438
2.469.	legitimidade passiva	440
2.470.	interesse de agir (necessidade e adequação) – o trânsito em julgado	442
2.471.	competência	446
2.472.	prazo – início e contagem	450
2.473.	prazo – simultaneidade de sua fluência	452
2.474.	prazo – hipóteses de fluências não simultâneas	455

2.475.	sem prequestionamento	456
2.476.	“ação rescisória de ação rescisória”	456
2.477.	ação rescisória parcial ou integral	458
2.478.	objeto do processo da ação rescisória – juízo rescindente e juízo rescisório	459
2.479.	o juízo rescisório – o objeto do pedido de novo julgamento – limitação ao objeto do processo de origem	462
2.480.	o processo e o procedimento da ação rescisória	463
2.481.	a demanda inicial	463
2.482.	preparo	465
2.483.	depósito de cinco por cento do valor da causa	465
2.484.	ainda o procedimento da ação rescisória – as fases subsequentes	468
2.485.	contestação – revelia – não há efeito da revelia em ação rescisória	469
2.486.	o procedimento e o julgamento da ação rescisória	470
2.487.	reconvenção	472
2.488.	tutela urgente	474

Capítulo CLXIII – Ação anulatória de decisão judicial (*querela nullitatis*)

2.489.	perfil sistemático do instituto	477
2.490.	admissibilidade	478
2.491.	pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito e procedimento da <i>querela nullitatis</i>	479
2.492.	a decisão que julga a <i>querela nullitatis</i>	481

Capítulo CLXIV – Mandado de segurança contra ato judicial

2.493.	perfil sistemático do instituto	483
--------	---------------------------------------	-----

2.494.	limites da admissibilidade do mandado de segurança contra ato judicial	485
2.495.	natureza jurídica do mandado de segurança e pressupostos de seu julgamento pelo mérito	488
2.496.	legitimidade <i>ad causam</i> ativa	489
2.497.	legitimidade <i>ad causam</i> passiva	492
2.498.	interesse de agir	494
2.499.	outros pressupostos de admissibilidade	495
2.500.	competência	495
2.501.	tempestividade (prazo)	497
2.502.	a exigência de um direito líquido-e-certo	499
2.503.	o ato inicial de impetração	501
2.504.	o procedimento do mandado de segurança contra ato judicial	503
2.505.	tutela provisória	504
2.506.	os efeitos da decisão do tribunal sobre a causa originária – limites da coisa julgada material	505
2.507.	suspensão de efeitos por decisão do presidente do tribunal competente	508

Capítulo CLXV – *Habeas corpus* contra ato judicial

2.508.	perfil sistemático do instituto	511
2.509.	o âmbito da admissibilidade do <i>habeas corpus</i>	512
2.510.	pressupostos de admissibilidade	513
2.511.	legitimidade e interesse	514
2.512.	competência	515
2.513.	sem limitação temporal	516
2.514.	processo e procedimento	517
2.515.	efeitos da concessão do <i>writ</i>	519

Capítulo CLXVI – Reclamação

2.516.	perfil sistemático do instituto	521
--------	---------------------------------------	-----

2.517.	hipóteses de admissibilidade (adequação da via)	522
2.518.	ação autônoma e não recurso	522
2.519.	a primeira hipótese de admissibilidade da reclamação – a antiga correição parcial	524
2.520.	usurpação de competência ou inobservância de decisão do tribunal – hipóteses de admissibilidade (CPC, art. 988, incs. I-II)	525
2.521.	usurpação da competência dos tribunais	527
2.522.	inobservância de decisões dos tribunais	527
2.523.	inobservância de precedente vinculante (CPC, art. 988, incs. III-IV)	529
2.524.	legitimidade ativa	530
2.525.	legitimidade passiva	531
2.526.	coisa julgada e preclusão como limites à propositura da reclamação	531
2.527.	entre a reclamação e os recursos	533
2.528.	competência	534
2.529.	competência <i>per saltum</i>	535
2.530.	procedimento	535

Capítulo CLXVII – Ação anulatória de sentença arbitral

2.531.	perfil sistemático do instituto	539
2.532.	hipóteses de admissibilidade	541
2.533.	pressupostos de admissibilidade	549
2.534.	legitimidade e interesse de agir	550
2.535.	prazo	552
2.536.	competência	553
2.537.	procedimento comum – a petição inicial e os documentos	556
2.538.	reconvenção	558

2.539.	o julgamento da ação anulatória e seus efeitos	558
2.540.	tutela provisória	559

Capítulo CLXVIII – Impugnação ao cumprimento de sentença

2.541.	perfil sistemático do instituto	561
2.542.	falta ou nulidade de citação na fase de conhecimento ..	562
2.543.	nulidade da sentença arbitral	563

Capítulo CLXIX – Devolução oficial

2.544.	perfil sistemático do instituto	567
2.545.	hipóteses de devolução oficial	569
2.546.	a devolução oficial em leis especiais	571
2.547.	limitação valorativa	573
2.548.	outras exclusões	573
2.549.	os efeitos da remessa oficial – o resultado do julgamento	574
2.550.	sem razões, sem contrarrazões, sem sustentação oral e sem julgamento estendido – recurso especial ou extraordinário admissível	575

Coordenadores
Cândido Rangel Dinamarco
Pedro da Silva Dinamarco
Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Volume VI
Procedimentos especiais

Colaboradores

André de Albuquerque Cavalcanti Abbud
Antônio Carlos Marcato
Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes
Cândido Rangel Dinamarco
Carlos Alberto Carmona
Carlos Alberto de Salles
Caroline Dal Poz Ezequiel
Clarisse Frechiani Lara Leite
Daniel Menegassi Zotareli
Daniel Raichelis Degenszajn
Eduardo Talamini
Fabio Guidi Tabosa Pessoa
Fernando Fontoura da Silva Cais
Fernão Borba Franco

Flávio Luiz Yarshell
Francisco Ettore Giannico Neto
Francisco José Cahali
Heitor Vitor Mendonça Sica
Helena Mechlin Wajsfeld Cicaroni
Helena Najjar Abdo
João Cánovas Bottazzo Ganacin
João Francisco Naves da Fonseca
José Carlos Baptista Puoli
José Roberto dos Santos Bedaque
José Rogério Cruz e Tucci
Julia Prado Mascarenhas
Júlio César Fernandes
Luís Guilherme Aidiar Bondioli

Luiza Gonzaga Drumond Cenachi
Marcelo José Magalhães Bonizzi
Marcelo Pacheco Machado
Márcia Conceição Alves Dinamarco
Marina Pacheco Cardoso Dinamarco
Maurício Giannico
Melina Martins Merlo Fernandes
Oswaldo Daguano Júnior
Paulo Cezar Pinheiro Carneiro
Pedro da Silva Dinamarco
Ricardo de Barros Lecler
Ricardo de Carvalho Aprigliano
Susana Henriques da Costa

2023



EDITORA
JusPODIVM



MALHEIROS
EDITORES



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

Contatos: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>
malheiroseditores@terra.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM e Malheiros Editores

Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

D583i Dinamarco, Cândido Rangel
Instituições de Direito Processual Civil v.VI - Procedimentos Especiais / Coordenadores:
Cândido Rangel Dinamarco, Pedro da Silva Dinamarco e Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes
– São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.
976 p. (Coleção Coedição Malheiros)

Inclui Bibliografia.
ISBN: 978-85-442-4564-4

1. Direito Processual Civil. I. Dinamarco, Cândido Rangel. II. Dinamarco, Pedro da Silva.
III. Lopes, Bruno Vasconcelos Carrilho. IV. Título.

CDD 341.46

Bibliotecária Responsável

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM e Malheiros Editores.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Título XXXVII – A Teoria Geral dos Procedimentos Especiais

Capítulo CLXX – A Teoria Geral dos Procedimentos Especiais	41
<i>Cândido Rangel Dinamarco</i>	
2.551. o estado da doutrina acerca dos procedimentos especiais	41
2.552. o valor sistemático do procedimento e das normas procedimentais	42
2.553. o quadro geral dos procedimentos especiais no processo civil brasileiro	44
2.554. só no processo de conhecimento	45
2.555. sobre os pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito	45
2.556. os elementos estruturais básicos	45
2.557. as garantias constitucionais do processo	46
2.558. os procedimentos especiais adequados segundo a relação de direito material em questão	47
2.559. as especificidades dos procedimentos especiais e a aplicação das normas gerais	47
2.560. os negócios jurídicos processuais	48
2.561. entre os procedimentos especiais e o comum – a indisponibilida- de do procedimento	48
2.562. a conversão de alguns procedimentos especiais ao comum	49
2.563. visão panorâmica dos procedimentos especiais no direito proces- sual civil brasileiro	50
2.564. procedimentos especiais e processos especiais – dois conceitos que não se confundem	51

Capítulo CLXXI – Processo, procedimentos especiais e tutela diferenciada 53

Luiza Gonzaga Drumond Cenachi

2.565.	processo e procedimento – conceitos.....	53
2.566.	procedimento comum, tutela jurisdicional diferenciada e a razão de ser dos procedimentos especiais.....	56
2.567.	processos ou procedimentos especiais?	58
2.568.	síntese conclusiva e um convite à reflexão: estamos caminhando para o fim da tipificação dos procedimentos especiais?.....	60
	Referências Bibliográficas	63

Título XXXVIII – Os procedimentos especiais regidos pelo Código de Processo Civil

Capítulo CLXXII – Ação de consignação em pagamento.....67

Antônio Carlos Marcato

I – Introdução	67	
2.569.	o pagamento por consignação como modo anormal de extinção da obrigação	67
2.570.	situações autorizadoras do pagamento por consignação.....	68
2.570.1	recusa do credor	68
2.570.2	inércia do credor.....	69
2.570.3	credor incapaz, desconhecido, ausente ou em local desconhecido ou inacessível	69
2.570.4	dúvida quanto à titularidade do crédito	70
2.570.5	litígio sobre o objeto do pagamento	70
2.570.6	outras hipóteses de pagamento por consignação	71
2.571.	depósito extrajudicial e hipóteses de cabimento	71
2.571.1	requisitos do depósito extrajudicial	71
2.571.2	a realização do depósito extrajudicial.....	72
2.571.3	o depósito extrajudicial de aluguel e encargos da locação ...	74
II – A ação de consignação em pagamento	74	
2.572.	extinção da obrigação pela via judicial.....	74
2.573.	a ação de consignação em pagamento	75

2.573.1	legitimidade ativa	75
2.573.2	legitimidade passiva	75
2.574.	foro e juízo competentes	75
2.574.1	critérios determinativos da competência de foro	76
2.574.2	a relatividade da competência para a ação consignatória..	76
2.574.3	a existência de litisconsórcio passivo	76
2.575.	ação de consignação em pagamento e prestações sucessivas	77
2.575.1	pedido implícito de prestações sucessivas	77
2.575.2	consignação de prestações sucessivas.....	77
2.576.	valor da causa.....	78
2.577.	depósito judicial	78
2.577.1	efeitos do depósito judicial	79
2.578.	citação do réu	80
2.579.	direito de escolha da coisa devida.....	81
2.580.	defesas do réu.....	81
2.580.1	a defesa indicada no inc. I	81
2.580.2	a defesa indicada no inc. II	82
2.580.3	a defesa indicada no inc. III.....	82
2.580.4	a defesa indicada no inc. IV.....	83
2.581.	complementação do depósito	84
2.581.1	a não complementação do depósito e suas consequências.....	85
2.582.	ação de consignação em pagamento fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito	86
2.582.1	posturas dos réus	87
2.583.	natureza da sentença	88
2.584.	enfitese civil e enfitese administrativa: resgate do aforamento.....	88
Capítulo CLXXIII – Ação de exigir contas		91
<i>Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes</i>		
2.585.	especialidade do procedimento	91
2.586.	direito de exigir contas e dever de prestá-las	92
2.587.	legitimidade <i>ad causam</i> e interesse de agir.....	93

2.588.	petição inicial.....	94
2.589.	resposta do réu	94
2.590.	juízo de primeira fase.....	95
2.591.	início da segunda fase	96
2.592.	as contas, sua impugnação e a prova pericial	96
2.593.	juízo de segunda fase	97

Capítulo CLXXIV – Ações possessórias..... 99

Heitor Vitor Mendonça Sica

2.594.	esclarecimentos iniciais	99
2.595.	estrutura do capítulo	100
2.596.	conceito de posse	101
2.597.	objeto da posse.....	104
2.598.	classificações da posse	105
2.599.	efeitos da posse	109
2.600.	proteção da posse	109
2.601.	fungibilidade das ações possessórias	110
2.602.	legitimidade ativa.....	111
2.603.	legitimidade passiva.....	113
2.604.	petição inicial.....	115
2.605.	procedimento.....	116
2.606.	tutela provisória para reintegração ou manutenção de posse de força nova.....	117
2.607.	tutela provisória para reintegração ou manutenção de posse de força velha em razão de urgência ou evidência	120
2.608.	tutela provisória liminar no interdito proibitório	121
2.609.	defesas do réu (duplicidade da ação e “contestação com conteúdo reconvencional”).....	121
2.610.	proibição da “exceção de domínio”	123
2.611.	ações possessórias contra coletividades.....	125
2.612.	função social da posse como requisito para a tutela possessória?	128

Capítulo CLXXV – Ações de divisão e de demarcação de terras particulares..... 131

João Cánovas Bottazzo Ganacin

2.613.	considerações introdutórias.....	131
--------	----------------------------------	-----

2.614.	traços comuns das ações demarcatória e divisória.....	132
2.615.	forma de citação e prazo para defesa	134
2.616.	procedimentos bifásicos.....	135
2.617.	custo do processo nas ações demarcatória e divisória	136
2.618.	cabimento da ação demarcatória.....	137
2.619.	legitimidade para a ação demarcatória.....	138
2.620.	as duas fases da ação demarcatória.....	139
2.621.	cabimento da ação divisória.....	143
2.622.	legitimidade para a ação divisória.....	145
2.623.	as duas fases da ação divisória.....	146
2.624.	indenização por usurpação de terreno.....	150
2.625.	cumulação de ação demarcatória com ação divisória.....	151
	Referências Bibliográficas	151

Capítulo CLXXVI – Ações de apuração de haveres e de dissolução parcial de sociedade..... 155

Maurício Giannico | Francisco Ettore Giannico Neto

2.626.	dissolução parcial da sociedade no ordenamento jurídico brasileiro: breve digressão histórica	155
2.627.	dissolução parcial da sociedade x apuração de haveres: pretensões distintas e por vezes autônomas	158
2.628.	críticas terminológicas à expressão “dissolução parcial”	160
2.629.	procedimento e a medida de sua real especialidade.....	161
2.630.	sociedades sujeitas à dissolução parcial.....	163
2.631.	legitimidade ativa.....	166
2.631.1	legitimidade ativa do espólio e dos sucessores (CPC, art. 600, incs. I e II)	166
2.631.2	legitimidade ativa da sociedade (CPC, art. 600, incs. III e V).....	168
2.631.3	legitimidade ativa do sócio retirante, dissidente ou excluído (CPC, art. 600, incs. IV e VI).....	170
2.631.4	legitimidade ativa do ex-cônjuge ou ex-companheiro do sócio (CPC, art. 600, par. ún.)	171
2.632.	legitimidade passiva.....	172
2.633.	causa de pedir.....	175
2.634.	pedido.....	176

2.635.	critérios para a apuração de haveres e pagamento	177
2.636.	juízo de julgamento das ações de dissolução e de apuração de haveres: natureza das decisões, honorários e recursos	182
	Referências Bibliográficas	183

Capítulo CLXXVII – Inventário, partilha e arrolamento

187

Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

2.637.	considerações iniciais.....	187
2.638.	legitimidade para requerer o inventário	188
2.639.	inventariante e primeiras declarações	190
2.639.1	o inventariante e o termo de compromisso.....	191
2.639.2	a representação judicial do espólio	191
2.639.3	a administração do espólio.....	191
2.639.4	as primeiras e as últimas declarações	192
2.639.5	conteúdo das primeiras declarações.....	192
2.639.6	remoção do inventariante	194
2.640.	citações e impugnações.....	195
2.640.1	a atuação da Fazenda Pública como parte	196
2.641.	avaliação e cálculo do imposto	197
2.641.1	impugnação à avaliação	198
2.641.2	declarações finais	199
2.642.	colações.....	199
2.643.	pagamento das dívidas	200
2.644.	partilha	201
2.644.1	a manifestação das partes sobre o esboço da partilha	202
2.644.2	o pagamento do imposto de transmissão e as certidões negativas são condições para sentença de partilha?	202
2.644.3	o formal de partilha	203
2.645.	arrolamento	204
2.645.1	possibilidade de conversão do inventário em arrolamento sumário.....	205
2.645.2	arrolamento comum – cabimento e procedimento	205

Capítulo CLXXVIII – Oposição	207
<i>Clarisse Frechiani Lara Leite</i>	
2.646. conceito.....	207
2.647. histórico do instituto no sistema brasileiro – a oposição interven- tiva e a oposição autônoma.....	209
2.648. intervenção de terceiro em sentido amplo, veiculada mediante processo incidente.....	212
2.649. demanda de terceiro veiculada espontaneamente mediante exer- cício de direito de ação	216
2.650. direitos e pretensões em jogo: a incompatibilidade como requisi- to para a oposição.....	216
2.651. processo de conhecimento <i>inter alios</i> pendente em primeiro grau de jurisdição.....	218
2.652. competência absoluta do juízo de origem.....	220
2.653. litisconsórcio passivo necessário (e, em parte, unitário) entre autor e réu do processo de origem	221
2.654. facultatividade da via especial da oposição: riscos e benefícios a serem avaliados pelo terceiro.....	225
2.655. facultatividade da oposição e não formação do litisconsórcio necessário.....	226
2.656. especificidades do procedimento especial da oposição	227
2.657. propositura da demanda e distribuição por dependência.....	228
2.658. citação dos opostos na pessoa dos representantes e apresentação de defesa.....	229
2.659. princípio da aquisição e mitigação dos efeitos da revelia.....	231
2.660. instrução probatória conjunta para formação de juízo fático único....	232
2.661. excepcional suspensão do processo de origem para aguardar a instrução em separado da oposição.....	233
2.662. reconhecimento unilateral do pedido por algum dos opostos.....	234
2.663. julgamento conjunto.....	236
2.664. relação de antecedência entre pretensões: prejudicialidade.....	238
2.665. recorribilidade.....	241
2.666. limites da devolução recursal.....	243
2.667. limites subjetivos da eficácia e da estabilidade das decisões.....	245
2.668. confronto com os embargos de terceiro.....	248

Capítulo CLXXIX – Habilitação	251
<i>Helena Najjar Abdo</i>	
2.669. morte, suspensão do processo e sucessão da parte	251
2.670. transmissibilidade do direito ou da obrigação	253
2.671. dupla legitimidade.....	255
2.672. processamento da habilitação direta e da apartada	256
2.673. natureza da decisão sobre o pedido de habilitação	260
Capítulo CLXXX – Ações de família	263
<i>Marina Pacheco Cardoso Dinamarco</i>	
2.674. ações litigiosas de família	263
2.675. mediação e conciliação	266
2.676. procedimento específico.....	267
Capítulo CLXXXI – Ação monitória	271
<i>José Rogério Cruz e Tucci</i>	
2.677. introdução	271
2.678. enquadramento topológico (interação entre direito e processo)	273
2.679. conceito e características.....	274
2.680. legitimação ativa e passiva – intervenção de terceiros	275
2.681. viabilidade de ajuizamento em face da Fazenda Pública.....	276
2.682. fase procedimental preambular: requisitos da petição inicial (causa de pedir e pedido)	278
2.683. significado da locução “prova escrita”	280
2.683.1 conceito de “prova escrita”	280
2.683.2 justificativa para a exigência da “prova escrita”	282
2.683.3 elementos intrínsecos da “prova escrita”	284
2.684. natureza da decisão liminar e recurso cabível.....	287
2.685. atitudes do réu e efeitos da decisão liminar	288
2.686. ato decisório liminar e hipoteca judiciária	290
2.687. regime dos embargos ao mandado e ampliação do objeto litigioso – expressa possibilidade de reconvenção	292
2.687.1 aspectos gerais.....	292
2.687.2 efeito do recurso de apelação	294

2.688.	constituição do título executivo judicial	296
2.689.	limites da preclusão e da cognição nos futuros embargos à execução.....	296
2.690.	previsão de cabimento de ação rescisória	299
2.691.	repressão ao dolo processual.....	300
2.692.	hipóteses de cabimento	301
2.692.1	situações extraídas da praxe forense.....	301
2.692.2	“cheque prescrito”	304
2.692.3	contrato de abertura de crédito	307
2.693.	considerações conclusivas	308
	Referências Bibliográficas	309

Capítulo CLXXXII – Homologação do penhor legal 313

Helena Mechlin Wajsfeld Cicaroni

2.694.	o penhor no direito material.....	313
2.695.	o penhor legal.....	316
2.696.	procedimento da ação de homologação judicial do penhor legal	318
2.696.1	defesa do réu e conversão do procedimento especial em comum.....	319
2.696.2	sentença homologatória e recurso.....	321
2.697.	homologação extrajudicial do penhor legal	324
	Referências Bibliográficas	326

Capítulo CLXXXIII – Regulação de avaria grossa 327

Marcelo Pacheco Machado

2.698.	a avaria grossa.....	327
2.699.	a especialidade do procedimento	329
2.700.	avaría grossa e procedimento comum.....	330
2.701.	pedido e natureza dúplice.....	332
2.702.	eleição consensual do regulador	333
2.703.	nomeação judicial	334
2.704.	competência	335
2.705.	legitimidade.....	336
2.706.	admissibilidade do procedimento	337
2.707.	contraditório sobre admissibilidade	338

2.708.	procedimento para liberação da carga.....	338
2.709.	ausência de garantias.....	339
2.710.	contraditório, instrução e fixação de prazo pelo regulador	340
2.711.	regulamento de avaria grossa.....	341
2.712.	impugnação	342
2.713.	provimento jurisdicional	343
2.714.	recorribilidade	343
2.715.	posição jurídica do regulador.....	344
	Referências Bibliográficas	345

Capítulo CLXXXIV – Restauração de autos..... 349

Daniel Menegassi Zotareli

2.716.	o processo, os autos e a eventual necessidade de restauração destes	349
2.717.	processo incidental.....	351
2.718.	jurisdição contenciosa.....	352
2.719.	o interesse público na restauração.....	353
2.720.	princípio da colaboração	354
2.721.	restauração sem inovações ou alterações.....	355
2.722.	interesse processual – desaparecimento dos autos.....	356
2.723.	as posições detidas na restauração dos autos – efetiva participação de todos os envolvidos	359
2.724.	legitimidade ativa.....	360
2.725.	legitimidade passiva.....	362
2.726.	o procedimento especial para restauração dos autos – petição inicial...	362
2.727.	suspensão do processo – força maior	365
2.728.	contestação – possíveis posturas do réu.....	366
2.729.	sem reconvenção – duplicidade da demanda	369
2.730.	repetição de atos.....	370
2.731.	prova oral	371
2.732.	prova pericial	372
2.733.	prova documental.....	373
2.734.	a decisão sobre a restauração – tutela meramente declaratória.....	373
2.735.	aparição dos autos originais	374

2.736. responsabilidade pelo desaparecimento – custos do processo.....	376
2.737. responsabilização civil, penal e funcional	377
Referências Bibliográficas	378

Capítulo CLXXXV– Notificação, interpelação e protesto 381

Júlio César Fernandes

2.738. introdução	381
2.739. conceito.....	382
2.740. procedimento.....	385
2.741. ausência de contraditório	389
2.742. protesto contra alienação de bens	389
2.743. conclusão.....	391
Referências Bibliográficas	391

Capítulo CLXXXVI – Alienação judicial..... 393

Fabio Guidi Tabosa Pessoa

2.744. alcance da expressão “alienação judicial”	393
2.745. alienação judicial como objeto de procedimento especial de jurisdição voluntária.....	397
2.746. confronto com a disciplina procedimental anterior	400
2.747. abrangência restrita da regra do art. 730 do CPC-2015	403

Capítulo CLXXXVII – Divórcio e separação consensuais, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio 407

Marina Pacheco Cardoso Dinamarco

2.748. homologação do divórcio ou da separação consensual.....	407
2.749. requisitos para a realização via escritura pública.....	412
2.750. alteração consensual do regime de bens do casamento	413
Referências Bibliográficas	413

Capítulo CLXXXVIII – Registro de testamento e de codicilo 415

Francisco José Cahali

2.751. considerações iniciais.....	415
------------------------------------	-----

2.752.	sobrevoos nas disposições de última vontade	416
2.753.	do processo necessário de registro de testamento e codicilo	419
2.753.1	legitimidade para se requerer o registro de testamento... 424	
2.753.2	da importância e finalidade específica do registro de acordo com a forma do testamento.....	425
2.753.3	participação dos herdeiros, do testamenteiro e do Ministério Público no processo de registro de testamento.....	427
2.753.4	do procedimento e suas particularidades para cada uma das formas de testamento.....	429
2.753.5	finalização do processo de registro no curso da ação de invalidação do testamento	432
2.754.	do testamenteiro.....	433
2.755.	registro de testamento e inventário extrajudicial	434
	Referências Bibliográficas	436

Capítulo CLXXXIX – Herança jacente, bens de ausentes e coisas vagas..... 437

Marcelo José Magalhães Bonizzi

2.756.	considerações gerais.....	437
2.757.	aspectos procedimentais.....	438
2.758.	breves notas sobre os “bens dos ausentes”	441
2.759.	a regulação das denominadas “coisas vagas” prevista no art. 746 do CPC.....	442
2.760.	considerações finais	443

Capítulo CXC – Interdição, curatela e tutela..... 445

Julia Prado Mascarenhas

2.761.	considerações introdutórias.....	445
2.762.	procedimento de jurisdição voluntária.....	446
2.763.	Estatuto da Pessoa com Deficiência	448
2.764.	tomada de decisão apoiada (CC, art. 1.783-A).....	450
2.765.	legitimidade ativa.....	451
2.766.	petição inicial.....	452
2.767.	tutela provisória	453

2.768.	citação e defesa	453
2.769.	instrução processual	454
2.770.	sentença de interdição	455
2.771.	extinção ou modificação da interdição.....	457
2.772.	tutela e curatela	457
2.773.	disciplina da tutela	458
2.774.	nomeação do tutor ou curador.....	458
2.775.	dispensa da tutela ou curatela	459
2.776.	remoção do tutor ou curador	459
2.777.	cessação da tutela ou curatela	460
2.778.	prestação de contas	461
	Referências Bibliográficas	461

Capítulo CXCI – Organização e fiscalização das fundações 463

Caroline Dal Poz Ezequiel

2.779.	as fundações, a sua relevância social e o procedimento para sua organização e fiscalização.....	463
2.780.	natureza jurídica das fundações e a sua submissão ao procedi- mento disposto no Código de Processo Civil	465
2.781.	instituição da fundação: elaboração do estatuto e sua aprovação	466
2781.1	elaboração do estatuto fundacional pelo Ministério Público.....	468
2.781.2	suprimento judicial de aprovação estatutária: principais questões procedimentais.....	469
2.782.	alteração do estatuto fundacional.....	472
2.783.	extinção da fundação.....	474
	Referências Bibliográficas	476

Capítulo CXCII – Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo 479

Marcelo Pacheco Machado

2.784.	a situação de direito material adjacente	479
2.785.	o ato de ratificação	480
2.786.	o procedimento.....	481

2.787. sentença.....	483
Referências Bibliográficas	484

Capítulo CXCI – Exibição de documento ou coisa 485

Márcia Conceição Alves Dinamarco

2.788. localização do instituto	485
2.789. exibição de documento e produção antecipada de prova.....	486
2.790. exibição de documento e o dever de colaborar.....	488
2.791. requisitos do pedido de exibição de documento ou coisa	488
2.792. procedimento da exibição de documento ou coisa	489
2.793. inadmissão da recusa de apresentar o documento ou coisa	490
2.794. ônus de exibição e consequências de sua não apresentação – em face da parte	490
2.795. medidas de sub-rogação.....	491
2.796. dever de exibição do documento ou coisa pelo terceiro	493
2.797. procedimento de exibição de documento ou coisa em face de terceiro	493
2.798. sanções ao terceiro que se recuse à exibição	494
2.799. justa recusa na exibição do documento ou coisa	494
2.800. justa recusa parcial.....	494
2.801. natureza jurídica da decisão	495
2.802. verbas sucumbenciais.....	495
Referências Bibliográficas	495

Capítulo CXCV – Homologação de sentença estrangeira 497

André de Albuquerque Cavalcanti Abbud

2.803. introdução: processo homologatório e juízo de delibação.....	497
2.803.1 natureza do procedimento e do provimento homologatório.....	500
2.804. o conceito de sentença (e decisão) estrangeira	501
2.805. eficácia e autoridade da sentença dependentes de homologação	503
2.806. fontes do direito aplicável ao reconhecimento de sentenças es- trangeiras.....	505
2.807. pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito.....	506

2.807.1	interesse jurídico na homologação.....	506
2.807.2	partes legítimas no processo de homologação.....	508
2.807.3	inexistência de fatos impeditivos: “litispendência” e coisa julgada.....	509
2.807.4	documentos indispensáveis à propositura da demanda homologatória	510
2.808.	causas oponíveis à homologação de sentenças estrangeiras: limites.....	512
2.809.	causas oponíveis à homologação de sentenças judiciais estrangeiras.....	513
2.809.1	incompetência da autoridade estrangeira (CPC, arts. 963, inc. I, e 964).....	513
2.809.2	citação irregular (CPC, art. 963, inc. II).....	514
2.809.3	ineficácia no país de origem (CPC, art. 963, inc. III).....	514
2.809.4	ofensa à coisa julgada brasileira (CPC, art. 963, inc. IV).....	515
2.809.5	ofensa manifesta à ordem pública nacional (CPC, art. 963, inc. VI).....	515
2.810.	causas oponíveis à homologação de sentenças arbitrais estrangeiras.....	517
2.810.1	incapacidade das partes na convenção de arbitragem (CNI, art. V.1.a; LArb, art. 38, inc. I).....	518
2.810.2	invalidade objetiva da convenção de arbitragem (CNI, art. V.1.a; LArb, art. 38, inc. II)	519
2.810.3	falta de notificação e violação ao contraditório e à ampla defesa (CNI, art. V.1.b; LArb, art. 38, inc. III)	523
2.810.4	sentença fora dos limites da convenção de arbitragem (CNI, art. V.1.c; LArb, art. 38, inc. IV)	526
2.810.5	desacordo entre a instituição da arbitragem e a convenção (CNI, art. V.1.d; LArb, art. 38, inc. V).....	527
2.810.6	sentença ainda não obrigatória, anulada ou suspensa no país de origem (CNI, art. V.1.e; LArb, art. 38, inc. VI).....	528
2.810.7	litígio não arbitrável segundo a lei brasileira (CNI, art. V.2.a; LArb, art. 39, inc. I)	531
2.810.8	violação à ordem pública nacional (CNI, art. V.2.b; LArb, art. 39, inc. II).....	532
2.811.	homologação parcial	533
2.812.	tutelas provisórias: concessão e reconhecimento.....	534

2.813.	procedimento, recursos e execução.....	537
2.814.	ação rescisória.....	540
	Referências Bibliográficas	541

Título XXXIX – Tutela coletiva e do patrimônio público

Capítulo CXCIV – Ação civil pública	547
--------------------------------------------------	------------

Pedro da Silva Dinamarco

2.815.	terminologia	547
2.816.	legislação aplicável	548
2.817.	matérias	549
2.818.	espécies de direitos metaindividuais	551
2.819.	processo especial – e não procedimento especial	553
2.820.	competência	554
2.821.	relação com os processos individuais	554
2.822.	legitimidade ativa extraordinária	555
2.823.	legitimidade e litisconsórcio passivos.....	559
2.824.	intervenção de terceiros	559
2.825.	ação civil pública passiva.....	560
2.826.	inquérito civil	561
2.827.	prova	563
2.828.	tutela provisória	564
2.829.	prescrição	566
2.830.	meios de impugnação das decisões.....	568
2.831.	negócio processual.....	568
2.832.	coisa julgada.....	570
2.833.	liquidação e cumprimento da sentença coletiva.....	573
2.834.	custas, despesas e honorários.....	575
	Referências Bibliográficas	576

Capítulo CXCVI – Ação popular.....	579
-------------------------------------------	------------

Fernão Borba Franco

2.835.	considerações iniciais.....	579
2.836.	legitimidade ativa.....	580

2.837.	legitimidade passiva.....	581
2.838.	é possível a mudança de polo no processo.....	582
2.839.	o Ministério Público.....	582
2.840.	o juiz.....	583
2.841.	o objeto do processo.....	583
2.842.	a demanda	585
2.843.	providências preliminares	585
2.844.	instrução.....	587
2.845.	sentença.....	588
2.846.	meios de impugnação.....	589
2.847.	ônus de sucumbência e regime de custas.....	590
2.848.	cumprimento da sentença.....	590
2.849.	prescrição	591
2.850.	considerações finais	591
	Referências Bibliográficas	592

Capítulo CXCVII – Mandado de segurança coletivo..... 595

Carlos Alberto de Salles | Susana Henriques da Costa

2.851.	conceito e finalidade	595
2.852.	mandado de segurança coletivo e institutos afins	597
2.853.	o objeto do mandado de segurança coletivo	601
2.854.	legitimidade.....	604
2.855.	litispendência e coisa julgada.....	608
2.856.	liminares no mandado de segurança e suas limitações	612
2.857.	conclusões: seria possível uma sistematização epistemológica?	615
	Referências Bibliográficas	616

Capítulo CXCVIII – Ação de improbidade administrativa..... 617

Flávio Luiz Yarshell

2.858.	premissas: especialidade do processo – significado e desdobramentos	617
2.859.	a tutela da probidade administrativa no direito positivo brasileiro: premissas a nortear a adaptação e a especialidade do processo – direito administrativo sancionador.....	619

2.860.	jurisdição.....	621
2.861.	competência	623
2.862.	legitimidade e interesse.....	624
2.863.	litisconsórcio	627
2.864.	intervenção de terceiros	628
2.865.	tutela provisória	631
2.866.	fase postulatória	634
2.867.	fase de julgamento conforme o estado do processo: extinção do processo, julgamento antecipado do mérito (total ou parcial) e saneamento.....	637
2.868.	fase instrutória.....	638
2.869.	fase decisória.....	639
2.870.	fase recursal	641
2.871.	liquidação e cumprimento.....	642
2.872.	direito intertemporal.....	643

Título XL – Controle de constitucionalidade e remédios constitucionais

Capítulo CXCIX – Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade	647
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Eduardo Talamini

2.873.	introdução: processo objetivo – carga política.....	647
--------	-----------------------------------------------------	-----

Primeira parte: ação direta de inconstitucionalidade	650	
2.874.	origem e desenvolvimento	650
2.875.	objeto.....	651
2.876.	parâmetro de controle	656
2.877.	fungibilidade entre ADI e ADPF.....	657
2.878.	legitimados ativos	658
2.879.	legitimidade passiva.....	661
2.880.	participação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.....	662
2.881.	intervenção de terceiros	663
2.882.	petição inicial.....	665

2.883.	cumulação de pedidos	666
2.884.	indeferimento da inicial	667
2.885.	emenda à petição inicial.....	668
2.886.	procedimento.....	668
2.887.	providências instrutórias	670
2.888.	impossibilidade de desistência.....	671
2.889.	reunião de ações.....	671
2.890.	suspeição e impedimento: excepcionalidade	671
2.891.	medida urgente.....	672

Segunda parte: ação direta de inconstitucionalidade por omissão..... 675

2.892.	origem e finalidade.....	675
2.893.	processo objetivo	676
2.894.	objeto e parâmetro de controle.....	676
2.895.	legitimidade, sujeitos secundários e intervenção de terceiros	677
2.896.	petição inicial e procedimento	678
2.897.	medida urgente.....	679
2.898.	fungibilidade e cumulatividade com a ADI	680

Terceira parte: ação declaratória de constitucionalidade 680

2.899.	origem e evolução.....	680
2.900.	caráter objetivo do processo.....	681
2.901.	objeto e parâmetro de controle.....	681
2.902.	legitimidade ativa.....	681
2.903.	interesse de agir.....	682
2.904.	a ausência de um legitimado passivo: necessidade de interpretação conforme – intervenção de terceiros	682
2.905.	petição inicial.....	684
2.906.	procedimento.....	685
2.907.	medida urgente.....	685

Quarta parte: a decisão final na ADI, ADO e ADC 686

2.908.	deliberação: quóruns e publicidade.....	686
2.909.	o caráter dúplice da ADI e da ADC: limite.....	687

2.910.	irrecorribilidade e irrevocabilidade.....	688
2.911.	efeitos da decisão final da ADI e da ADC.....	689
2.912.	a supressão da norma inconstitucional.....	692
2.913.	os limites à autoridade e eficácia da decisão declaratória de constitucionalidade e da decisão de interpretação conforme	693
2.914.	limites temporais – modulação de efeitos.....	695
2.915.	conteúdo e efeitos da decisão final da ADO	697
2.916.	estabilidade da decisão final.....	698
	Referências Bibliográficas	700

Capítulo CC – Arguição de descumprimento de preceito fundamental..... 703

Ricardo de Barros Leonel

2.917.	introdução	703
2.918.	posicionamento sistêmico da ADPF no cenário constitucional e legal brasileiro.....	704
2.919.	ADPF no contexto do controle de constitucionalidade.....	705
2.920.	ADPF sob a perspectiva dos procedimentos especiais	710
2.921.	natureza e finalidade da ADPF: objeto do controle	711
2.922.	ainda a natureza e finalidade: preceito fundamental e subsidiariedade	713
2.923.	aspectos do procedimento	714
2.924.	partes: legitimados	715
2.925.	legitimados e pertinência temática.....	716
2.926.	intervenção do Ministério Público	719
2.927.	causa de pedir.....	720
2.928.	pedido.....	721
2.929.	tutela de urgência	723
2.930.	intervenção de terceiros: particularidades.....	724
2.931.	decisão.....	725
2.932.	efeitos da decisão	727
2.933.	possibilidade de modulação dos efeitos da decisão	728
2.934.	meios de impugnação.....	729
2.935.	a título de conclusão.....	733
	Referências Bibliográficas	733

Capítulo CCI – Mandado de injunção 737***João Francisco Naves da Fonseca***

2.936.	previsão normativa, natureza jurídica e objeto	737
2.937.	controle judicial das chamadas “omissões parciais”	739
2.938.	competência	740
2.939.	legitimidade ativa.....	741
2.940.	legitimidade passiva.....	741
2.941.	procedimento.....	742
2.942.	decisão final	743
2.943.	análise crítica da eficácia da decisão à luz da evolução jurisprudencial e da lei	744
2.944.	a provisoriedade da decisão do mandado de injunção	748
2.945.	continuação: revisão judicial da decisão transitada em julgado	749
2.946.	mandado de injunção coletivo	749

Capítulo CCII – Mandado de segurança 753***José Roberto dos Santos Bedaque***

2.947.	considerações gerais.....	753
2.947.1	espécies de tutela jurisdicional.....	755
2.947.2	tutelas cognitivas precedidas de cognição exauriente	756
2.947.3	tutela mandamental.....	757
2.947.4	caracterização da denominada tutela mandamental.....	759
2.947.5	sentenças mandamental e executiva: características.....	761
2.948.	especificidades processuais do mandado de segurança: o direito líquido e certo	767
2.949.	início do processo	770
2.950.	legitimidade passiva e ilegalidade do ato.....	771
2.951.	liminar	773
2.951.1	requisitos para concessão da liminar	775
2.951.2	recurso	778
2.952.	indeferimento da inicial: prazo decadencial(?).....	778
2.953.	Ministério Público.....	780
2.954.	mandado de segurança: restrições quanto ao cabimento por inexistência manifesta do interesse processual.....	780

2.955.	decisão final e recurso	782
2.956.	honorários advocatícios	785

Capítulo CCIII – “Habeas data” 787

Fernando Fontoura da Silva Cais

2.957.	objeto da proteção constitucional.....	787
2.958.	legitimidade ativa e passiva	790
2.959.	necessidade de requerimento extrajudicial	791
2.960.	ampliação da garantia constitucional?	793
2.961.	procedimento.....	794
2.962.	impossibilidade de produção probatória?	796
2.963.	competência	797
2.964.	recursos e reexame necessário	799
2.965.	tutela de urgência e suspensão da ordem	802
2.966.	coisa julgada.....	803
2.967.	tramitação prioritária e celeridade	804
2.968.	custo do processo e honorários advocatícios	804

Título XLI – Locação

Capítulo CCIV – Ações de despejo..... 809

Oswaldo Daguano Júnior

2.969.	procedimento especial: pontuais desvios do procedimento comum ...	809
2.970.	generalidades.....	810
2.971.	petição inicial.....	812
2.972.	legitimidade.....	812
2.973.	competência	813
2.974.	valor da causa.....	814
2.975.	resposta do réu	817
2.976.	efeito dos recursos e execução provisória.....	819
2.977.	tramitação dos processos e recesso forense	823
2.978.	ordem de despejo liminar.....	825
2.979.	pacífica convivência com as tutelas provisórias do CPC.....	828
2.980.	intervenção coata do sublocatário.....	830

2.981. natureza jurídica da sentença	832
Referências Bibliográficas	834

Capítulo CCV – Ação de consignação de aluguel e de acessórios da locação 837

Francisco Ettore Giannico Neto

2.982. introdução	837
2.983. considerações gerais sobre a ação consignatória de aluguel e acessórios da locação	838
2.984. consignação extrajudicial de aluguel e acessórios da locação	842
2.985. procedimento judicial da ação consignatória de aluguel e acessórios da locação.....	843
2.986. foro competente	843
2.987. legitimidades ativa e passiva.....	844
2.988. valor da causa.....	845
2.989. da petição inicial	846
2.990. da citação	846
2.991. do depósito quando recebida a petição inicial e determinada a citação	847
2.992. do depósito das prestações vincendas	849
2.993. contestação	850
2.994. a possibilidade de oferecer reconvenção.....	852
2.995. as possíveis atitudes do autor após a manifestação do réu (contestação ou reconvenção)	854
2.996. levantamento dos valores incontroversos	855
2.997. sentença, honorários e recurso	855
2.998. do pedido de consignação de chaves	857
2.999. conclusão.....	858
Referências Bibliográficas	858

Capítulo CCVI – Ação renovatória 861

Luis Guilherme Aidar Bondioli

3.000. considerações iniciais e requisitos materiais.....	861
3.001. procedimento nada especial	863
3.002. petição inicial e limites da demanda	864

3.003.	resposta do réu, limites da reconvenção e ausência de duplicidade ...	866
3.004.	consolidação das postulações das partes e fases ordinatória, instrutória e decisória.....	867
3.005.	recursos e cumprimento da sentença.....	870

Capítulo CCVII – Ação revisional de aluguel 871

Daniel Raichelis Degenszajn

3.006.	ação revisional de aluguel na teoria dos procedimentos especiais	871
3.007.	a disciplina legal da ação revisional de aluguel e os fundamentos sociais e políticos da existência de um procedimento especial.....	874
3.008.	legitimidade e litisconsórcio	881
3.009.	do aluguel provisório	883
3.010.	valor da causa.....	884
3.011.	pedido.....	885
3.012.	da competência.....	886
3.013.	da audiência inicial	886
3.014.	a disciplina dos honorários de sucumbência.....	887
3.015.	a exigência (e natureza jurídica) do prazo de três anos estabelecido em lei para revisão judicial do aluguel (LI, art. 19, <i>caput</i>).....	890
3.016.	a (in)admissibilidade da sentença <i>ultra petita</i> ? – isonomia e princípios de direito processual.....	894
	Referências Bibliográficas	898

Título XLII – Outros procedimentos

Capítulo CCVIII – Procedimento arbitral 901

Carlos Alberto Carmona

3.017.	um procedimento rebelde.....	901
3.018.	liberdade com responsabilidade.....	902
3.019.	limites.....	904
3.020.	a Lei de Arbitragem e os elementos estruturais básicos do procedimento	904
3.021.	a teoria geral do processo e os elementos estruturais básicos do procedimento.....	908
3.022.	órgãos arbitrais e os procedimentos arbitrais.....	914
3.023.	confidencialidade	915

3.024.	procedimento arbitral no terceiro milênio.....	917
--------	------------------------------------------------	-----

Capítulo CCIX – Juizados especiais.....	919
------------------------------------------------	------------

Melina Martins Merlo Fernandes

3.025.	o microsistema dos juizados especiais cíveis.....	919
--------	---------------------------------------------------	-----

3.026.	competência.....	920
--------	------------------	-----

3.027.	valor da causa.....	924
--------	---------------------	-----

3.028.	partes.....	925
--------	-------------	-----

3.028.1	intervenção de terceiros.....	926
---------	-------------------------------	-----

3.029.	pedido inicial.....	927
--------	---------------------	-----

3.029.1	requisitos do pedido.....	927
---------	---------------------------	-----

3.029.2	tutela de urgência.....	927
---------	-------------------------	-----

3.030.	citação e intimação.....	928
--------	--------------------------	-----

3.031.	contagem dos prazos e contestação.....	928
--------	----------------------------------------	-----

3.032.	audiência.....	929
--------	----------------	-----

3.033.	juízo.....	930
--------	------------	-----

3.034.	recursos.....	931
--------	---------------	-----

3.035.	da execução.....	933
--------	------------------	-----

Referências Bibliográficas.....	934
---------------------------------	-----

Capítulo CCX – Procedimentos relativos a bens alienados fiduciariamente.....	935
-----------------------------------------------------------------------------------------	------------

José Carlos Baptista Puoli

3.036.	introdução: a alienação fiduciária – aspectos gerais.....	935
--------	-----------------------------------------------------------	-----

3.037.	procedimentos decorrentes da mora em caso de obrigações ga- rantidas por alienação fiduciária.....	938
--------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

3.037.1	a “execução” da garantia quando móvel a coisa dada em alienação fiduciária.....	939
---------	------------------------------------------------------------------------------------	-----

3.037.2	a “execução” da garantia quando imóvel a coisa dada em alienação fiduciária.....	944
---------	-------------------------------------------------------------------------------------	-----

3.038.	conclusão.....	949
--------	----------------	-----

Referências Bibliográficas.....	949
---------------------------------	-----

Capítulo CCXI – Ação de desapropriação.....	951
----------------------------------------------------	------------

Ricardo de Carvalho Aprigliano

3.039.	considerações iniciais.....	951
3.039.1	conceito e disciplina legal.....	951
3.039.2	cabimento e tipos de desapropriação	952
3.040.	a ação de desapropriação	953
3.040.1	fase declaratória.....	954
3.040.2	fase executória.....	954
3.040.3	peculiaridades do procedimento da desapropriação	955
3.040.4	cabimento	957
3.040.5	legitimidade ativa	958
3.040.6	peculiaridades da petição inicial	959
3.040.7	competência.....	959
3.040.8	legitimidade passiva	959
3.040.9	conteúdo da defesa	959
3.040.10	procedimento	961
3.040.11	natureza do provimento jurisdicional.....	964
3.040.12	o regime dos juros decorrentes da desapropriação.....	966
3.040.13	desistência da desapropriação	967
	Referências Bibliográficas	969